

Código identificador: 348a0cff5bd7469466bd49f6dba9c2ab

Raimuda da Silva Almeida  
Prefeita Municipal

Publicado por: GILMAR MARGIEL RIBEIRO  
Código identificador: 325c8d2909fe431a7ad63ee2a7820733

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2022**

2º TERMO ADITIVO, REF. AO CONTRATO DE Nº. 064/2022. Objeto: o presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 06/05/2022, nos termos do inciso II do artigo 57, da lei nº 8.666, de 1993. **CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTREITO, ESTADO DO MARANHÃO, por intermédio das Secretarias Municipais: neste ato representada pelo Sr. LUAN BRUNO LOBO CAMPOS, Secretário Municipal de Finanças, a Sra. FRANCISCA LIMA BARROS, Secretária Municipal de Educação, a Sra. AMANDA JULLIANA CAMPOS CUNHA, Secretária Municipal de Assistência Social e a Sra. DARILENE DOS SANTOS LOBO, Secretária Municipal de Saúde. **CONTRATADO: E A LOPES JUNIOR COMERCIO**, CNPJ nº 10.537.525/0001-25, neste ato representada pelo Sr. EDSON AIRES LOPES JUNIOR. O prazo de vigência e execução do contrato nº 064/2022, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 06/05/2024, data do término do prazo anteriormente acordado.

Publicado por: THYAGO PAZ DA SILVA  
Código identificador: 5643a050b2054ab613ac92268b22a815

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO FALCÃO**

**DECRETO 001/2023/GABINETE**

**DECRETO Nº 001, DE 02 JANEIRO DE 2023**

Regulamenta a operacionalização e a divulgação da Carta de Serviços ao Usuário, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO FALCÃO, no uso das atribuições que lhe são, e Considerando o disposto no § 5º do art. 7º da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a operacionalização e a divulgação da Carta de Serviços ao Usuário, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Os órgãos da Administração Pública Municipal que prestam atendimento aos usuários dos serviços públicos, direta ou indiretamente, deverão elaborar e divulgar Carta de Serviços ao Usuário.

Art. 3º A Carta de Serviços ao Usuário tem por objetivo informar aos usuários: I - os serviços prestados pelo órgão ou entidade da Administração Pública Estadual; II - as formas de acesso aos serviços a que se refere o inciso I do caput deste artigo; III - os requisitos e documentos necessários para acessar o serviço; IV - as principais etapas para processamento do serviço; V - o prazo para a prestação do serviço; VI - a forma de prestação do serviço; VII - a forma de comunicação com o solicitante do serviço; VIII - os locais e as formas de acessar o serviço; IX - os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público; e X - os serviços publicados no Portal de Serviços a prefeitura municipal.

Art. 4º A Carta de Serviços ao Usuário deverá detalhar os compromissos e padrões de qualidade de atendimento relativos aos seguintes aspectos: I - usuários que farão jus à prioridade no atendimento; II - tempo de espera para o atendimento; III - prazo para a prestação dos serviços; IV - mecanismos de comunicação com os usuários; V - etapas esperadas para realização, no curso do tempo, dos serviços, incluídas as estimativas de prazos; VI - mecanismos para a consulta pelos usuários acerca das etapas, cumpridas e pendentes, para realização do serviço solicitado; VII - tratamento a ser dispensado aos usuários quando do atendimento; VIII - elementos básicos para o sistema de sinalização visual das unidades de atendimento; IX - outras informações julgadas de interesse dos usuários.

Art. 5º Os órgãos da Administração Pública Municipal deverão atualizar, anualmente, a respectiva Carta de Serviço ao Usuário.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor no dia 02 de janeiro de 2023.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024**

**PREFEITURA MUNICIPAL FORTALEZA DOS NOGUEIRAS - MA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00.009/2024**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2024**

A Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras - MA, com sede na Rua Ovídia Nogueira, nº 22 - Girassol, nesta cidade - CNPJ: 06.080.394/0001-11, neste ato representado(a) pelo(a) Luiz Natan Coelho do Santos, inscrito no CPF nº 279.656.433-91 e RG nº 1107806 SSP/MA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 005/2024, processo administrativo nº 00.009/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 080/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresas para prestação de serviços de construção e reparos de pontes de madeira, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras-MA, especificado(s) de acordo com a tabela abaixo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

**FORNECEDOR: R DA S CAVALCANTI TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.599.742/0001-03, situada na Avenida José Sarney, nº 125, Anexo B, Centro, CEP 65.805-000, Fortaleza dos Nogueiras - MA.

CNPJ Nº 19.599.742/0001-03	RAZÃO SOCIAL: R DA S CAVALCANTI TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES - EPP
CIDADE: Fortaleza dos Nogueiras - MA	CEP: 65.805-000
TELEFONE (PAX):	CELULAR: (99) 98126-4652
ENDERECO ELETRÔNICO: rusleycavalcanti@hotmail.com	REPRESENTANTE: Rusley da Silva Cavalcanti
RG Nº 212271870029 SSP/MA	CPF Nº 036.921.053-04

Item	Código	Denom	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com IPI	Total	Peso (%)
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					27.626,88	3,89 %
1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA AF 03/2022 PS	m²	12	226,74	263,42	3.160,08	0,80 %
1.2	COMP-001-FN	Próprio	BARRACÃO DE OBRA	m²	18	320,48	400,60	7.210,80	1,70 %
1.3	COMP-002-FN	Próprio	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UND	12	2.801,00	2.251,25	27.015,00	6,38 %
2			FUNDAÇÃO					77.303,53	18,27 %
2.1	73361	SINAPI	BLOCO EM CONCRETO CICLÓRICO	m³	57,6	390,43	488,04	28.111,10	6,64 %
2.2	73361	SINAPI	CABECEIRA EM CONCRETO CICLÓRICO	m³	100,8	390,43	488,04	49.194,43	11,63 %
3			ESTRUTURA DE MADEIRA					278.986,88	63,93 %
3.1	CP-004	Próprio	PILAR (20X20)CM	m³	7,2	2.473,29	3.091,61	22.259,59	5,26 %
3.2	CP-004	Próprio	LONGARINA (20X20)CM	m³	24	2.473,29	3.091,61	74.198,64	17,34 %
3.3	CP-004	Próprio	TRANSVERSINA 20X20CM	m³	6,4	2.473,29	3.091,61	19.785,30	4,68 %
3.4	CP-004	Próprio	BALANÇIM	m³	3,6	2.473,29	3.091,61	11.129,80	2,63 %
3.5	CP-004	Próprio	PASSA RODAS (30X8) CM	m³	14,4	2.473,29	3.091,61	54.519,38	10,52 %
3.6	CP-004	Próprio	TABULEIRO (30X8) CM	m³	32,64	2.473,29	3.091,61	100.910,15	23,85 %



3.7	CP-004	Próprio	GUAS 110X10CM	m²	1	2.473,29	3.091,61	3.091,61	0,73 %
3.8	CP-004	Próprio	CONTRAVENTAMENTO 110X10CM	m²	1	2.473,29	3.091,61	3.091,61	0,73 %
4			FERRAGENS					28.181,52	4,66 %
4.1	MERC-03-FN	Próprio	BARRA ARCADEADA ZINCADA, COMPRIMENTO = 3,00 M, DIÂMETRO = 12,7 MM, COM PORCAS E ARNHELAS	UNID	533,33	37,25	46,59	24.842,51	5,81 %
4.2	MERC-02-FN	Próprio	PREÇO DE AÇO POLIDO COM CABECA 25 X 72	KG	150	17,51	22,26	3.339,00	0,79 %
5			SERVIÇOS FINAIS					2.637,00	0,24 %
5.1	2450	ORSE	Limpeza geral	m²	400	2,06	2,58	1.032,00	0,24 %
Total sem IPI						539.502,73			
Total do IPI						84.630,17			
Total Geral						623.132,90			

1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata;

#### 1. ÓRGÃO GERENCIADOR

O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras Maranhão.

#### 1. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
  1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
  2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
  3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

1. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
2. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### Dos limites para as adesões

1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a

adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada do programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### 1. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
  1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
  2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
  1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
  1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
  2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
    1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
    2. Mantiverem sua proposta original.
  3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas





para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 2. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 3. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que







no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

#### 7. CONDIÇÕES GERAIS

1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Fortaleza dos Nogueiras/MA, 11 de junho de 2024.

Luiz Natan Coelho dos Santos  
Prefeito Municipal

Faustiana Nogueira de Freitas  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL  
Presidente da CPL - Órgão Gerenciador

**R DA S CAVALCANTI TRANSPORTES E CONSTRUÇÕES - EPP**  
CNPJ sob o nº 19.599.742/0001-03

Empresa Contratada  
Rusley da Silva Cavalcanti  
CPF nº 036.921.053-04  
Representante Legal da Empresa  
TESTEMUNHAS:  
Nome: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA  
Código identificador: 3a64d047470e50f9408279c16a622c64

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº  
001/2024

RESULTADO DE JULGAMENTO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público o resultado de julgamento da Concorrência visando a Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços especializados na construção de uma Quadra coberta aberta 35M/S, projeto convencional FNDE- ID 3188597, na escola municipal Claro Alves Costa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, Empresa: CHARLIS WAGNER MAIA MILHOMENS FILHO, CNPJ nº 33.791.092/0001-24, Praça da Matriz, nº 348, Sala A, Centro - São Raimundo das Mangabeiras - MA, com o valor de R\$ de R\$ 1.241.319,98 (um milhão, duzentos e quarenta e um mil, trezentos e dezenove reais e noventa e oito centavos).

Fortaleza dos Nogueiras - MA, 22 de maio de 2024.  
Luiz Natan Coelho dos Santos - Prefeito Municipal

Publicado por: JACIRA COSTA PASSARINHO NETA  
Código identificador: 48ce3a6ad79cea405d85376d47f77cf7

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024 - SRP

#### CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Empresa:

52.395.331 OSVALDO SOUSA SANTOS LIMA  
CNPJ: 52.395.331/0001-71  
RUA SÃO FRANCISCO, Nº 34, PIAUI  
CEP: 65.695-000 FORTUNA - MA

Tem o presente o fim específico de convocar o(s) responsável (veis), na qualidade de sócio/titular da empresa acima identificada, para proceder com a ASSINATURA DA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024 - SRP, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste, consoante o processo acima identificado.

Devendo, para tanto que os interessados compareçam na sala da Comissão Permanente de Licitação, no prédio da Prefeitura Municipal de Fortuna/MA, na Praça da Liberdade nº s/n, Bairro Centro, CEP: 65.695-000, nesta, ou podendo solicitar para que a mesma seja assinada via eletronicamente através do e-mail da CPL, cplfortuna@hotmail.com

Sua desatenção injustificada acarretará a essa empresa as sanções previstas em lei.

Colocamo-nos a disposição para esclarecimentos necessários que poderá ser feito através do E-mail: cplfortuna@hotmail.com.

Fortuna/MA, 11 de junho de 2024.

Roberta Regina Rodrigues Soares  
Secretária Municipal de Administração

Publicado por: JONAS ALMEIDA NASCIMENTO SILVA  
Código identificador: 396ff9bfeda0fcb32f30cf443929989e

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

